

## ARTIGO

DE CONGRESSOS  
E CONGRESSISTAS

POR ANTONIO PENTEADO MENDONÇA

Ao longo dos últimos dez anos os brasileiros se habituaram a ver o Congresso Nacional como o responsável por alguma das cenas mais deprimentes de nossa história, dando exemplos de tudo o que não deve ser feito, como se a sua função fosse dar maus exemplos e não representar a vontade do país.

Da Constituição de 88 — sem dúvida o seu grande momento de glória — até os escândalos do orçamento, passando pela anistia ao senador Humberto Lucena, condenado pelo Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional foi capaz de fazer coisas que até Deus duvida, e que não contribuíram em nada para engrandecer a sua imagem, ou a de seus integrantes.

Acontece que antes dos últimos dez anos o Congresso Nacional também não era muito diferente do que é hoje, ou melhor, dando um voto de confiança ao legislativo que inicia seu mandato agora, não era muito diferente do que era ontem. Durante todo o período chamado da "Ditadura Militar", o Congresso, com as poucas e tradicionais exceções de praxe, não foi mais do que o oficializador de todos os atos praticados pelo executivo, dizendo amém e assinando embaixo, inclusive quando foi dividido em dois partidos, um a favor e outro quase contra, com os políticos sendo escalados para este ou para aquele, que nem menino forma time de futebol, depois de tirar par ou ímpar.

Mas para que andar para trás, se nós podemos vir do começo para o fim? Em maio de 1823 foi instalada a primeira Assembléia Constituinte do Brasil. Sua missão era dotar o império recém-emancipado de Portugal de uma Constituição que substituisse as normas portuguesas, que não serviam mais para as necessidades do país.

Durante seis meses a Assembléia Constituinte deliberou, até que em novembro foi dissolvida por D. Pedro I. Sua Majestade Sereníssima tinha perdido a serenidade. Durante todo este tempo os ilustres constituintes haviam deliberado sobre dois, e tão somente dois, assuntos: o primeiro e mais importante, uma proposição — de ou da — se o anteprojeto deveria ser "Anteprojeto da Constituição do Império", ou Anteprojeto de Constituição do Império. A dúvida era tremenda, tão tremenda, que além disto os constituintes haviam discutido apenas quem deveria promulgar a Constituição e as leis votadas: o Imperador ou a Assembléia?

D. Pedro I, que precisava governar o país, não hesitou, mandou algumas tropas cercarem a sede da Constituinte e deu 24 horas para os ilustres congressistas saírem. O prazo

não precisou ser promulgado. Nenhum dos nobres deputados teve a idéia de enfrentar o Imperador: todos saíram, alguns de volta para as suas província, outros para o exílio.

Em março de 1824, D. Pedro I entregou ao país uma Constituição feita por ele, que vigorou até 1889, quando foi proclamada a República, e que foi sem sombra de dúvida a melhor Constituição que o Brasil já teve, permitindo que o país se consolidasse e crescesse, mesmo com os congressos que se sucederam ao longo dos dois impérios.

O grande segredo da Constituição Imperial era o poder moderador, exercido pelo Imperador, que era quem mandava de verdade, e que substituiu os ministérios e o congresso todas as vezes que achava que era preciso, e que não foram poucas.

A República no Brasil foi meio que obra do acaso, ou da doença do Marechal Deodoro da Fonseca, tradicional monarquista que de repente proclamou a República, apavando inclusive os republicanos que não esperavam por aquilo, pelo menos naquele momento.

Com a consolidação do novo regime, depois de Floriano Peixoto, os presidentes passaram a ser civis, e já no segundo, Campos Salles, o poder do Congresso foi explodido, antes mesmo de existir, com a implantação da política dos governadores, que transferia o poder que deveria ser dos nobres deputados e senadores para os governadores dos estados, que juntamente com o presidente da República passaram a dar as cartas, ficando o Congresso Nacional como o tabelião que lhes reconhecia as firmas. Esta situação durou até 1930, quando uma revolução que deveria ser democrática colocou Getúlio Vargas no poder, iniciando a pior ditadura de nossa história.

Ditadura que se preza não dá bola para Congresso, e Getúlio Vargas que era um ditador de verdade não foi a exceção da regra. Até 1945 se falar da atuação do Congresso Nacional é piada. Com a queda de Getúlio começa o único período da história brasileira em que houve um congresso, mais ou menos atuante, e onde brilharam grandes políticos e excepcionais oradores. Lamentavelmente foi um período curto, e a sua herança está longe de ser o que havia de melhor nos seus grandes dias.

Aí nós já estamos de novo no começo do artigo, com a Revolução de 1964 vitoriosa e com o Congresso Nacional dividido em dois partidos, um a favor e outro contra, mas contra só para americano ver.

Antonio Penteado Mendonça é titular da "Crônica da Cidade", da Nova Eldorado. AM